



PREFEITURA DE
SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL
CONTROLE INTERNO
(SEMCI)



Página 1 de 22

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
2º TRIMESTRE DE 2022

SIMÃO DIAS/SE
JUNHO/22

Sumário

I – INFORMAÇÕES.....	3
II – INTRODUÇÃO E OBJETO	4
III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.....	4
IV – PLANEJAMENTO	6
4.1 DO ORÇAMENTO	6
V - RESULTADO DO CONTROLE:	6
5.1 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	7
5.1.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada	7
5.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada.....	9
5.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga.....	10
VI - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)	12
6.1 Limite com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida	12
6.1.1 – Subsídios.....	13
6.1.2 – Despesas Com O Poder Legislativo	13
6.2 Relatórios bimestrais	14
6.3 - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	14
6.4 - Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	14
6.5 – Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	14
6.6 - Diárias	15
6.7 Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria	16
VII – PATRIMÔNIO	18
7.1 – Bens Móveis	18
7.2 Almoxarifado	19
VIII – OUVIDORIA	19
IX – ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES	21
X – CONCLUSÃO	21
C E R T I D ã O	22

I – INFORMAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prefeito: **CRISTIANO VIANA MENESES**

Endereço: Rua Presidente Vargas nº 129, Centro, Simão Dias/SE - CEP: 49.480-000

Telefone: (79) 3611-1382 / 3611-2218

Período de Exame: **01.04.2022 a 30.06.2022**

II – INTRODUÇÃO E OBJETO

Em estrito cumprimento ao mandamento Constitucional e às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, Resolução TCE nº 206 de 1º de novembro de 2001, a Secretaria Municipal de Controle Interno deste Município, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao **2º TRIMESTRE** do corrente exercício, cujos resultados relatamos a seguir.

III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública, assim como em respeito às normas e procedimentos constantes na Resolução nº 206/2001, de 1º de novembro de 2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Na execução dos trabalhos, foram utilizados, principalmente, as seguintes fontes e critérios:

- Constituição Federal e Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal;
- Lei Federal n.º 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, Lei 10.520/2002 – Instituem normas para licitações e contratos na Administração Pública; Lei complementar n.º 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 931/2021 de 11 de junho de 2021 – Diretrizes para o Exercício de 2022 – LDO;
- Lei Municipal nº 961/2021, de 13 de dezembro de 2021 – Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2022 – LOA;
- Lei Municipal nº 962/2021, de 13 de dezembro de 2021, institui o Plano Plurianual de Aplicação – PPA, para o período de 2022-2025;

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte; Conferência de cálculo;
- Exames em Procedimentos Licitatórios, envolvendo Contratos, Termos Aditivos, Adesão a Ata de Registro de Preço, Inexigibilidade e Pregão Presencial.
- Exame nos Documentos de Receitas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Exame de Convênios e prestação de Contas.

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de **01.04.2022 a 30.06.2022** e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Contabilidade;
- Licitações
- Atividades da Ouvidoria Municipal.

IV – PLANEJAMENTO

4.1 DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de **2022** foi aprovado pela **Lei N° 961/2021** de **13 de dezembro de 2021**, alocando recursos na ordem de **R\$ 93.500.000,00 (noventa e três milhões e quinhentos mil reais)**, os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

Receitas correntes	101.200.000,00
Deduções da receita corrente	(8.610.000,00)
Receitas de capital	910.000,00
Receita intraorçamentária	0,00
Total da receita	93.500.000,00
Despesas correntes	85.602.550,00
Despesas de capital	7.434.500,00
Reserva de contingência	462.950,00
Constituição de reserva orçamentária do RPPS	0,00
Despesa intraorçamentária	0,00
Total da despesa	93.500.000,00

No período foram abertos créditos adicionais que suplementaram **R\$ 38.199.547,15** e anularam **R\$ 29.105.256,15**, o resultado da diferença trata do decreto de superávit apurados no período.

V - RESULTADO DO CONTROLE:

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados Demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei N° 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.



5.1 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

Os dados a seguir demonstram que a Receita Arrecadada para o período avaliado foi de **R\$ 32.092.749,98 (trinta e dois milhões, noventa e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos)**.

	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	ARRECADADA NO PERÍODO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	103.781.950,00	32.377.046,97	71.404.903,03
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-11.006.200,00	-2.940.333,16	-8.065.866,84
RECEITAS DE CAPITAL	724.250,00	2.656.036,17	-1.931.786,17
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00
TOTAL	93.500.000,00	32.092.749,98	61.407.249,99

A tabela a seguir, demonstra a Receita Orçamentária por Fonte de Recursos, por meio de um demonstrativo sintético, dos dados consolidados:

Receita Orçamentária por Fonte de Recurso – Demonstrativo Sintético DE 01/04/2022 à 30/06/2022					
FONTE DE RECURSOS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
			No Período	Acumulado	
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	36.038.100,00	36.038.100,00	14.182.295,30	28.160.583,27	-7.877.516,73
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	3.839.000,00	3.839.000,00	0,00	0,00	-3.839.000,00
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.633.100,00	7.633.100,00	2.413,49	5.465,28	-7.627.634,72
15400001 – transferências do FUNDEB – impostos e transferências de impostos	4.640.000,00	4.640.000,00	2.468.552,02	5.104.827,49	464.827,49
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	20.467.000,00	20.467.000,00	6.295.757,07	8.568.222,63	-11.898.777,37
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	42.000,00	42.000,00	459.124,89	689.685,29	647.685,29
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	13.000,00	13.000,00	0,00	3.628.709,42	3.615.709,42
15500000 - Transferência do Salário-Educação	707.000,00	707.000,00	150.861,84	338.488,01	-368.511,99
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	22.000,00	22.000,00	6.602,05	6.628,42	-15.371,58
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	676.000,00	676.000,00	136.388,59	192.230,16	-483.769,84
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	601.000,00	601.000,00	21.911,72	35.793,01	-565.206,99
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	66.000,00	66.000,00	9.520,18	15.714,81	-50.285,19
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	-63.000,00
15760000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	3.500,00	3.500,00	1.843.636,17	1.843.636,17	1.840.136,17



15990000 - Outros Recursos Vinculados à Educação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
15993110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	11.841.400,00	11.841.400,00	2.215.884,05	4.580.832,90	-7.260.567,10
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	134.500,00	134.500,00	0,00	52.838,27	-81.661,73
16020000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	1.438.800,00	1.438.800,00	0,00	0,00	-1.438.800,00
16030000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	-2.000,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	200.000,00	200.000,00	25.199,70	41.669,80	-158.330,20
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	104.000,00	104.000,00	2.392,22	3.327,61	-100.672,39
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	4.000,00	4.000,00	0,00	1.585,03	-2.414,97
16593120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	4.000,00	4.000,00	0,00	1.585,03	-2.414,97
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.076.200,00	1.076.200,00	214.065,36	286.763,94	-789.436,06
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	12.800,00	12.800,00	0,00	0,00	-12.800,00
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	13.700,00	13.700,00	10.592,41	10.965,79	-2.734,21
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	56.700,00	56.700,00	44.059,52	134.504,48	77.804,48
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	808.100,00	808.100,00	42.173,12	209.833,83	-598.266,17
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	123.100,00	123.100,00	61.938,15	553.362,85	430.262,85
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	601.000,00	601.000,00	281.870,81	528.220,71	-72.779,29
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	51.000,00	51.000,00	35.236,58	69.068,82	18.068,82
17100000 - Transferência Especial dos Estados	0,00	0,00	172.500,00	172.500,00	172.500,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	0,00	0,00	428.685,28	428.685,28	428.685,28
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.000,00	6.000,00	13.299,22	25.336,04	19.336,04
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP	2.200.000,00	2.200.000,00	701.300,43	1.310.610,18	-889.389,82
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	10.000,00	10.000,00	762.400,00	762.400,00	752.400,00
17990000 - Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	3.892,00	8.116,84	8.116,84
Total da receita	93.500.000,00	93.500.000,00	32.092.749,98	59.273.325,92	-34.226.674,08

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

5.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada

O quadro abaixo evidencia um comparativo de Receita e Despesa Realizada por fonte:

Comparativo Receita e Despesa Realizada por Fonte - Consolidado De 01/04/2022 à 30/06/2022				
Fonte de Recursos	Receita Arrecadada	Despesa		
		Empenhada	Liquidada	Paga
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	14.246.099,47	4.361.772,40	9.287.310,21	8.998.727,00
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	0,00	1.050.063,10	1.241.743,20	1.330.744,29
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.413,49	1.874.217,44	3.178.495,03	3.174.286,71
15400001 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.468.552,02	-3.179.301,00	-694.723,98	-622.311,34
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	6.295.757,07	2.678.159,64	7.659.725,43	7.539.671,75
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	459.124,89	0,00	0,00	0,00
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	0,00	551.862,77	325.362,86	296.632,15
15500000 - Transferência do Salário-Educação	150.861,84	284.189,92	273.700,08	249.984,64
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	6.602,05	0,00	0,00	0,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	136.388,59	81.977,99	72.669,91	93.937,70
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	21.911,72	348.809,88	307.690,56	280.966,16
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	9.520,18	4.761,00	13.136,20	13.136,20
15760000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	1.843.636,17	0,00	0,00	0,00
15993110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.215.884,05	932.017,10	2.446.975,65	2.450.307,63
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	605,00	605,00	605,00
16020000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	0,00	11.720,00	43.211,12	43.211,12
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	25.199,70	4.107,60	12.314,40	12.087,60
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	2.392,22	0,00	0,00	0,00
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	300.419,15	197.439,50	180.000,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	0,00	632.272,29	114.722,49	73.183,19
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	214.065,36	414.902,85	410.397,29	405.797,29
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	10.592,41	77,00	56.537,00	64.037,00
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	44.059,52	0,00	0,00	0,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	42.173,12	298.634,74	105.937,95	37.514,73



17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros dos Estados	61.938,15	0,00	0,00	16.000,00
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	281.870,81	0,00	0,00	0,00
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	35.236,58	0,00	0,00	0,00
17100000 - Transferência Especial dos Estados	172.500,00	0,00	0,00	0,00
17490000 - Outras vinculações de transferências	428.685,28	343.673,21	60.572,29	4.286,84
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	13.299,22	0,00	0,00	0,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	701.300,43	287.875,47	740.274,76	758.576,14
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	762.400,00	238.760,00	0,00	0,00
17990000 - Outras Vinculações Legais	3.892,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS:	32.092.749,98	11.421.577,55	25.854.096,95	25.401.381,80

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

5.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de **R\$ 11.421.577,55 (onze milhões quatrocentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)**. O total de despesas liquidadas no período importou em **R\$ 25.854.096,95 (vinte e cinco milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil noventa e seis reais e noventa e cinco centavos)**. Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de **R\$ 25.401.381,80 (vinte e cinco milhões quatrocentos e um mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)** conforme detalhamento na tabela resumo abaixo:

--	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	LIQUIDADA A PAGAR
ACUMULADO	91.674.158,10	46.826.208,83	45.140.669,02	46.533.489,08

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Na tabela a seguir registramos as Despesas Orçamentárias por Poder e Órgão, em um quadro demonstrativo, de dados consolidados:

Despesa Orçamentária por Poder e Órgão - Demonstrativo – Consolidado												
MARÇO/2022												
Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
Poder Executivo	89.190.000,00	38.031.547,15	28.937.256,15	98.284.291,00	11.421.577,55	91.674.158,10	25.854.096,95	46.826.208,83	25.401.381,80	45.140.669,02	46.533.489,08	6.610.132,90
02000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS	64.227.380,00	24.792.241,28	18.193.450,28	70.826.171,00	6.437.607,68	67.466.257,71	18.199.736,30	32.709.206,86	17.868.282,70	31.375.664,06	36.090.593,65	3.359.913,29
03000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	21.364.800,00	9.210.301,64	8.410.301,64	22.164.800,00	3.994.118,58	19.850.925,45	5.993.763,19	11.286.655,34	5.933.681,25	11.060.362,34	8.790.563,11	2.313.874,55
04000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	3.597.820,00	4.029.004,23	2.333.504,23	5.293.320,00	989.851,29	4.356.974,94	1.660.597,46	2.830.346,63	1.599.417,85	2.704.642,62	1.652.332,32	936.345,06
Total Geral:	89.190.000,00	38.031.547,15	28.937.256,15	98.284.291,00	11.421.577,55	91.674.158,10	25.854.096,95	46.826.208,83	25.401.381,80	45.140.669,02	46.533.489,08	6.610.132,90

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Após análise dos dados demonstrados, foi orientado aos ordenadores que eles podem programar suas despesas **observando o orçamento e a disponibilidade de caixa** para custeá-las, fazendo cumprir dessa forma o **princípio do equilíbrio orçamentário**. E o dispositivo do § 1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101/2000.

5.3.1 Restos a pagar

A partir dos registros encontrados contabilizados foi levantado um volume de restos a pagar consolidados para demonstração. Foi destacada a importância de analisar esses informes e traçar uma estratégia para a sua quitação e /ou regularização de acordo com cada caso.

Dados de Consolidação Atual 2021	R\$ 214.375,90
-----------------------------------------	-----------------------

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

5.3.2 Repasse das receitas retidas

As receitas retidas estão sendo feito um controle rigoroso, pois estas não pertencem ao município e devem ser repassadas ao seu proprietário final, para se evitar problemas com apropriação indébita de **consignações, pensão alimentícia, contribuições sociais e patronais** dentre outras.

5.3.3 Conciliações Bancárias

Já foi possível identificar que foram solucionadas algumas conciliações bancárias sinalizadas no relatório anterior, seguiremos orientando a necessidade de regularização das conciliações existentes, considerando ainda que as conciliações não devem jamais ser ultrapassado o período de 90 dias.

Visando propor resolutividade a controladoria levantou os seguintes registros, onde será repassado de acordo com a necessidade de fazer os ajustes e proceder com a compensação das conciliações.

Relação Consolidada das Conciliações 2022			
CONTA CORRENTE	DATA	VALOR	ORGÃO
ag. 26913 c/c 17.456-4 banco do brasil	23/07/2020	R\$ 881,10	Prefeitura
ag.26913 c/c 36.255-7 banco do brasil	23/07/2020	R\$ 2.071,70	Prefeitura
ag. 326 c/c 300.182-0 banese	19/04/2021	R\$ 5.780,00	Prefeitura
ag. 26913 c/c 26468-7 banco do brasil	15/06/2022	R\$ 0,20	Prefeitura

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

VI - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas.

A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

6.1 Limite com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

Os gastos realizados com pessoal considerando o relatório do 1º quadrimestre RGF representam 47,94% de um limite prudencial de 51,30% e limite legal de 54% levantamento feito pela equipe técnica de contabilidade do município com base na resolução nº 320 e nº 321, estando assim o município dentro do limite prudencial, em conformidade com o art. 23 da LRF,

OBS: Conforme Resoluções 320 e 321/2019 do TCE/SE, dispõe sobre a incidência de recursos transferidos pela União por intermédio de programas federais no cálculo das despesas com pessoal nos municípios do Estado de Sergipe estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

6.1.1 – Subsídios

Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário para a atual legislatura foram fixados através da Lei nº 887, de 12 de novembro de 2020, em **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, **R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)** e **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** respectivamente.

6.1.2 – Despesas Com O Poder Legislativo

O Total da despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses efetuados até o período em exame, atingiu o montante de **R\$ 2.100.607,50 (dois milhões e cem mil seiscentos e sete reais e setenta e cinquenta centavos)**. Assim, levando-se em consideração o valor já transferido e o limite máximo estabelecido pelo Art. 29-A, da Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior), que equivale a **R\$ 4.201.251,12 (quatro milhões e duzentos e um mil e duzentos e cinquenta e um reais e doze centavos)**, o Poder Executivo não deve efetuar nos meses seguintes deste exercício, repasses que ultrapasse o valor de **R\$ 2.100.643,62 (dois milhões e cem mil e seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos)**.

CAMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE			
19/01/2022	1	Repassé para o legislativo – janeiro/2022	R\$ 350.098,24
17/02/2022	2	Repassé para o legislativo – fevereiro/2022	R\$ 350.104,26
17/03/2022	3	Repassé para o legislativo – março/2022	R\$ 350.104,26
18/04/2022	4	Repassé para o legislativo – abril/2022	RS 350.104,26
18/05/2022	5	Repassé para o legislativo – maio/2022	R\$ 350.104,26
15/06/2022	6	Repassé para o legislativo – junho/2022	R\$ 350.092,22
TOTAL DE REPASSE			R\$ 2.100.607,50
TOTAL REGISTROS:			06

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

6.2 Relatórios bimestrais

Identificamos os relatórios resumidos da Execução Orçamentária (bimestral), que foram elaboradas pelo contador e encaminhados ao TCE, em obediência à LRF.

6.3 - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Foram aplicados **R\$ 6.779.566,67 (seis milhões e setecentos e setenta e nove mil e quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa 24,31 % (vinte e quatro virgula trinta e um por cento), de um percentual exigido de 25% (vinte e cinco por cento), das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, que somaram o valor de **27.890.908,87 (vinte e sete milhões e oitocentos e noventa mil e novecentos e oito reais e oitenta e sete centavos)**, informações estas obtidas através do Demonstrativo da Aplicação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fornecido pela Equipe Técnica, ficou abaixo da mínima prevista na Constituição Federal, ficando esse percentual a ser atingido nos trimestre seguintes.

6.4 - Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento da Educação as Contribuições para formação do FUNDEB somaram um montante de **R\$ 5.024.993,41 (cinco milhões e vinte e quatro mil e novecentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos)**, O que representa 55,48% (cinquenta e cinco virgula quarenta e oito por cento) de um percentual exigido 70% (setenta por cento), dados fornecidos pela equipe Técnica de Contabilidade do Município.

6.5 – Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Foram aplicados **R\$ 5.047.733,58 (cinco milhões e quarenta e sete mil e setecentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos)**, em despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o



que representa **18,08%** (dezoito vírgula oito por cento) de um percentual exigido de 15% (quinze por cento), das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais e legais que representam um montante de **R\$ 27.913.909,88** (vinte e sete milhões e novecentos e treze mil e novecentos e nove reais e oitenta e oito centavos). As informações foram obtidas através do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, fornecido pela equipe técnica. Ficou acima do mínimo previsto pela constituição federal.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	VALOR - R\$
Valor aplicado em ações e serviços de saúde	5.047.733,58
Percentual aplicado	18,08%

6.6 - Diárias

No período analisado foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos, no valor de **R\$ 23.990,78** (vinte e três mil e novecentos e noventa e setenta e oito centavos), concedidas e pagas com base nos valores fixados pela Lei Municipal nº 716, de 19 de abril de 2017 e na Resolução 297/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Nesse trimestre, foi implantado ainda a Instrução Normativa 01/2022, visando regulamentar o procedimento para concessão de diárias e ressarcimento de despesas aos servidores e agentes públicos da administração direta e indireta do Município de Simão Dias/SE, quando em viagem a serviços de interesse da administração e dá outras providências

A seguir construímos uma tabela resumo, com a demonstração das diárias concedidas:

Especificação	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
	No Período	No Período	No Período
33901400 Diárias - Civil	24.169,42	24.169,42	23.990,78
Total Geral:	24.169,42	24.169,42	23.990,78

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

6.7 Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria

Demonstramos nesta seção, algumas recomendações, e/ou notificações emitidas nos termos das competências do Sistema de Controle Interno deste município aos órgãos a ele subordinados.

Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Memorando -01/2022	04/01/2022	Secretaria Municipal de Finanças e Tributos	Damos ciência do recebimento de um e-mail da CAT Consultoria, relacionado aos saldos contábeis e consequentemente o fechamento contábil do mês 12/2021, para devida conferência e envio da prestação de contas para o TCE/SE. Chamamos atenção aos prazos para envio das documentações necessárias da prestação de contas 2021.
Memorando - 002/2022	10/01/2022	Aos Secretários Municipais de Simão Dias/SE	Enviamos o Decreto nº 2.908/22 de 07 de janeiro de 2022, que institui o calendário dos feriados e pontos facultativos, referente ao exercício 2022, para o cumprimento pelos órgãos do Poder Executivo Municipal.
Memorando -003/2022	10/01/2022	Diretora de Recursos Humanos	Encaminhamos o Decreto nº 2.909, de 07 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a atualização do salário mínimo mensal, conforme estabelecido na medida provisória 1.091 emitida pelo Governo Federal de 31 de dezembro de 2021, orientamos ainda que fosse feito o reajuste aos servidores públicos.
Memorando – 004/2022	10/01/2022	Secretaria Municipal de Administração	Encaminhamos os Decretos nº 2.907 e 2.910 de 03 e 07 de janeiro de 2022, que estabelecem o calendário fiscal para cobrança e pagamento dos tributos municipais para o exercício de 2022.
Memorando – 009/2022	02/02/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Solicitamos documentação comprobatória dos pagamentos dos medicamentos de doação para as famílias carentes deste município, durante o exercício 2021.
Memorando – 015/2022	14/03/2022	Diretora do Departamento de Recursos Humanos	Comunicado sobre o sancionamento das Leis nº 974/2022 e 975/2022, de 11 de março de 2022, que trata da redação do artigo 3º da Lei 964/2021, que dispõe sobre procedimento de cessão e de permuta temporária de servidores ou empregado público da administração direta do município de Simão Dias/SE.
Memorando – 016/2022	14/03/2022	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Envio da Lei 964/2022 republicada em 11 de março de 2022, com alteração da redação do artigo 3º, que dispõe sobre procedimento de cessão e permuta temporária de servidores deste município.
Memorando – 023/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal Finanças e Tributos	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido por quilômetro rodado a servidor pública que utilizar veículo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Pública Municipal
Memorando - 024/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal de Administração	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido por quilômetro rodado a servidor pública que utilizar veículo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Pública Municipal
Memorando - 025/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal Assistência Social	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido por quilômetro rodado a servidor pública que utilizar veículo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Pública Municipal
Memorando - 025/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido por quilômetro rodado a servidor pública que utilizar veículo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Pública Municipal



Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Notificação – 042/2022	04/01/2022	Secretaria Municipal Assistência Social	Notificamos o Senhor secretário a cerca das documentações solicitadas pela nossa assessoria jurídica na C.I nº 01/2022, que trata sobre o auto de infração que o município de Simão Dias/SE, sofreu a respeito da manutenção de menores com idade inferior a 16 anos na feira livre. Por essa razão, requer que tal determinação seja diligenciada no prazo de 03 dias a contar da data do recebimento.
Notificação – 001/2022	09/01/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Notificação de relatório circunstanciado referente ao exercício de 2021, do fundo municipal de saúde, recomendamos que seja feito um trabalho pontual por parte do gestor da pasta, visando instruir as possíveis fragilidades citadas. E que após análise feita o controlador seja informado.
Notificação - 002/2022	10/01/2022	Secretaria Municipal Assistência Social	Notificamos ao senhor secretário que seja observado os prazos e procedimentos a serem adotadas no início e ao longo do ano no âmbito desta secretaria. Informamos que os referidos se faz necessário para organização da gestão da Assistência Social.
Notificação – 003/2022	20/01/2022	Diretora do Departamento de Recursos Humanos	Informamos que o Ministério do Trabalho e Previdência divulgou Portaria Interministerial nº 12 de 17 de janeiro de 2022.
Notificação – 007/2022.	21/02/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Recomendamos ao Excelentíssimo Secretário Municipal de Saúde, que comunique aos seus servidores a respeito do decreto nº 2.908/2022 os serviços públicos essenciais no período carnavalesco deverão continuar normalmente. Ressaltamos que eventuais folgas, ou ajustes de equipes devem ocorrer de maneira que o serviço ofertado não seja interrompido.
Notificação – 010/2022	18/03/2022	Aos Secretários Municipais e Gestores dos Fundos	Recomendamos que seja apresentado junto q nota fiscal, certidões negativas, relatórios de serviços técnicos profissionais especializados, prestados pelas empresas contratadas, para exercerem os trabalhos de consultoria, assessoria e treinamento, conforme art. 13 da Lei nº 8.666/93. Ao tempo que notificamos a Sec. de Finanças e Tributos, bem como gestores dos fundos que se abstenham, de realizar tais pagamentos na falta dos critérios citados.
Notificação – 011/2022	08/03/2022	Secretario Municipal de Saúde	Notificamos quanto ao envio das documentações para o escritório de contabilidade CAT, referente a conferencia de fechamentos mês de fevereiro/2022.
Notificação – 013/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Administração, Planejamento e Orçamento.	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 014/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Finanças e Tributos	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 015/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Infraestrutura e Urbanismo	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 016/2022	24/03/2022	Sec. Mun. Assist. Social	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 017/2022	24/03/2022	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 018/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Saúde	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 019/2022	24/03/2022	Sec. de Agricultura, Irrigação e Defesa Civil	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 020/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, e Turismo	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Memorando – 029/2022	04/04/2022	Sec. Mun. De Esporte, Lazer e Turismos	Envio da Lei nº 979/2022, que autoriza o poder executivo municipal de Simão Dias/SE a conceder subvenção a Associação de Desenvolvimento Sócio Comunitário de Simão Dias
Memorando – 030/2022	04/04/2022	Sec. Municipal Saúde	Retorno do ofício nº 144/2022 SEMSA, que versou sobre as dificuldades de trabalho relacionado ao coordenador da VISA Municipal
Memorando 033/2022	08/04/2022	Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Orçamento	Comunicado de notificação ao pregoeiro, quando da exigência de solicitar as certidões negativas não somente no ato da habilitação, como também na época da formalização do contrato.

Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Memorando 034/2022	19/04/2022	Secretários Municipais do município de Simão Dias	Envio do Decreto nº 2.920, que dispõe sobre a definição de procedimentos e institui a instrução normativa, como ato administrativo
Memorando 035/2022	19/04/2022	Assessor Jurídico do município de Simão Dias	Recomendação da leitura e revisão das Leis 31/87, 41/87, 467/09, 733/18 e 794/18.
Memorando 038/2022	12/05/2022	Diretor de Departamento de Cultura	Não atendimento as demandas solicitadas na notificação administrativa 021/2022.
Memorando 039/2022	20/05/2022	Sec. Mun. De Assistência Social	Orientação quanto ao uso de recursos extraordinário da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
Memorando 041/2022	07/06/2022	Sec. Mun. De Finanças e Tributos	Comunicado sobre a republicação da Lei nº 747/2017, em razão das alterações feitas na Lei nº 983/2022 a qual institui a taxa pela utilização efetiva ou potencial do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos...
Memorando 042/2022	08/06/2022	Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Orçamento	Solicitação de relatório de notificação às empresas em descumprimento com os contratos de licitação.
Notificação – 021/2022	07/04/2022	Departamento de Licitações e contratos	Obrigatoriedade de apresentação de certidões vigentes à data da contratação.
Notificação – 022/2022	20/04/2022	Sec. Mun. Administração, Planejamento e Orçamento	Alteração no cronograma de implantação do eSocial para o 4º grupo.
Notificação – 023/2022	05/05/2022	Diretor do Departamento de Cultura	Relatórios de execução das atividades culturais relacionado às contrapartidas dispostas nos editais.
Notificação – 024/2022	05/05/2022	Sec. Mun. De Saúde	Documentação necessária ao cumprimento de prazo de entrega de movimento a contabilidade referente ao mês de abril/2022.
Notificação 025/2022	05/05/2022	Sec. Mun. Assistência Social	Documentação necessária ao cumprimento de prazo de entrega de movimento a contabilidade referente ao mês de abril/2022.
Notificação 026/2022	05/05/2022	Sec. Mun. De Finanças e Tributos	Documentação necessária ao cumprimento de prazo de entrega de movimento a contabilidade referente ao mês de abril/2022.
Notificação 027/2022	05/05/2022	Sec. Mun. Administração, Planejamento e Orçamento	Documentação necessária ao cumprimento de prazo de entrega de movimento a contabilidade referente ao mês de abril/2022.
Notificação 040/2022	17/05/2022	Secretário de infraestrutura, Sec. Agricultura e Sec. De Educação.	Vacância na indicação de fiscais de contratos pelas Sec. De Infraestrutura e Urbanismo e Agricultura, Irrigação e Defesa Civil, assim como da Educação e Cultura.
Notificação – 041/2022	23/05/2022	Prefeito Municipal e outros...	Orientação de regulamentação do TCE/SE, sobre a contratação de bandas, grupos musicais, profissionais ou empresas do setor artístico.

VII – PATRIMÔNIO

7.1 – Bens Móveis

Os bens móveis adquiridos até este trimestre totalizaram **R\$ 372.790,20 (trezentos e setenta e dois mil e setecentos e noventa reais e vinte centavos)**. Verificamos, por amostragem, os bens adquiridos e constatamos que foram devidamente tombados, conforme preceitua a Resolução TCE/SE nº 160/92.

7.2 Almojarifado

O Almojarifado encontra-se completamente informatizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TCE/SE nº. 160/92, com a emissão do “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” mensal para ser lançado no sistema contábil. Mantém o Almojarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques.

VIII – OUVIDORIA

Adotaremos a partir deste trimestre um capítulo especial em nosso Relatório de Controle Interno, com informações importantes sobre o desenvolvimento deste importante instrumento de transparência pública. A Ouvidoria Municipal foi criada pela Lei Municipal nº 722, de 03 de maio de 2017, mais precisamente em seu artigo 68, no qual informou as suas competências, sendo elas:

- Estabelecer em canal de comunicação direta entre os cidadãos e o poder público municipal para receber e processar denúncias, reclamações, críticas e representações sobre atos considerados ilegais, arbitrários, desonestos ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do Município, empregados da Administração Indireta, agentes políticos, ou por pessoas, físicas ou jurídicas, que exerçam funções paraestatais, mantidas em recursos públicos;
- Verificar a pertinência das reclamações e denúncias, promovendo a real apuração dos fatos e propondo, aos órgãos da Administração, resguardadas as respectivas competências, a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal;
- Propor, com recurso “*ex-officio*” ao Prefeito Municipal, o arquivamento das denúncias que se revelarem inconsistentes ou infundadas;
- Divulgar, semestralmente, no órgão oficial municipal incumbido, um relatório com os resultados do trabalho realizado contendo os totais de ocorrências registradas, atendidas e pendentes, discriminando-as pelos respectivos órgãos da administração, bem como outras informações que julgar pertinentes.

Frise-se que a Ouvidoria Geral Pública Municipal faz parte da Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito e de ordem deste, por considerar sua aderência as atividades da Controladoria, determinou a supervisão e acompanhamento das ações sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Controle Interno – SEMCI.

O Relatório Anual da Ouvidoria Geral Pública do Município de Simão Dias/SE é um meio de divulgação das principais ações realizadas pelo setor, e tem como objetivo dar transparência aos seus resultados. Os dados informados foram coletados a partir do sistema utilizado no tratamento das demandas apresentadas durante o ano 2022, até o mês de junho, e a sua publicação observou a política de sigilo e de confidencialidade.

Na tabela abaixo constatamos a demanda decorrente do ano de 2022, mais precisamente até o mês de julho e os meios utilizados pelos cidadãos através da Ouvidoria Geral Pública do Município de Simão Dias/SE, onde recebemos um total de 81 manifestações, sendo que 37 delas foram Informações, 01 reclamação, 01 denúncia, 04 elogios, 35 solicitações e 03 sugestões.

TABELA DE MANIFESTAÇÕES (JAN A JUL 2022)

CLASSIFICAÇÃO	PRESENCIAL	E-MAIL	WEBSITE	WHATSAPP	TOTAL
INFORMAÇÃO	-	-	3	34	37
RECLAMAÇÃO	-	-	-	1	1
ELOGIO	-	-	-	4	4
DENÚNCIA	-	-	1	0	1
SOLICITAÇÃO	9	-	2	33	35
SUGESTÃO	1	-	-	3	3
TOTAL	10	0	6	75	81

Observações: Todas as manifestações acima já foram atendidas e resolvidas.

A Ouvidoria é a interlocutora do Cidadão e da Gestão Municipal, fazendo a ponte entre os dois lados e mediando os conflitos em busca de uma solução que atenda a todos os envolvidos. Entendendo que a partir das demandas se torna possível pensar nas melhorias dos serviços públicos prestados à sociedade. A divulgação da Ouvidoria atualmente é feita pelo *Instragam* Oficial da Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE e também pelo site institucional do município no endereço eletrônico: www.prefeiturasisimaodias.se.gov.br. O cidadão quando atenciosamente ouvido e devidamente tratado, se satisfaz com a certeza de que seus direitos estão sendo preservados e respeitados, pois exerceu sua cidadania e sua liberdade de expressão.

IX – ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES

Atendendo as Resoluções TCS/SE nº 305 e 306/2017, foram entregues os informes mensais deste período, dentro dos prazos previstos nos referidos documentos.

X – CONCLUSÃO


Deslinda-se que, o objetivo do presente relatório foi o de verificar a legalidade das transações operacionais da Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE, de forma a permitir um conhecimento geral acerca do funcionamento do sobredito Poder Executivo.

Com efeito, este Controlador, exerceu função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da CF/88, Lei Federal nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, elaborou o prolatado Relatório, a fim de subsidiar o Controle Externo, além de utilizar os dados como parâmetro de melhoria na prestação dos serviços públicos. Ademais, sempre que necessário, emitimos ofícios, memorandos, notificações e/ou recomendações administrativas e demais expedientes visando adequar a Administração ao arcabouço legal, alertando, e recomendando dentro de nossa competência, as demais Secretarias, a fim de buscarmos o fiel e integral cumprimento da legislação pertinente.

Isto posto, com intensão de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária, encaminhamos as informações colhidas, as quais estão condensadas nos itens supracitados.

Concluimos assim, informando que os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão devidamente arquivados por esta Secretaria, à disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Simão Dias/SE, 30 de junho de 2022.

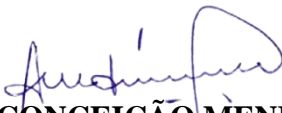


ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO MENESES JÚNIOR
Secretário Municipal de Controle Interno
Portaria nº 2.573 de 01/01/202

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao 2º Trimestre do Exercício de 2022, apurou a função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17/03/64, bem como às respectivas normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001, de 01/11/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, obedecendo, portanto, todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente, a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo, no cumprimento de sua missão institucional.

Simão Dias/SE, 30 de junho de 2022.



ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO MENESES JÚNIOR
Secretário Municipal de Controle Interno
Portaria nº 2.573 de 01/01/2021